

Moção 26/2025

Protocolo 42032 Envio em 01/10/2025 11:21:58

Manifesta apoio à conclusão da votação da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) em trâmite no Supremo Tribunal Federal, objetivando o fim do Confisco de Aposentados e Pensionistas.

Excelentíssimo Senhor

FABIO FERNANDO SIQUEIRA DOS SANTOS

Presidente da Câmara Municipal

Senhores Vereadores,

Apresentamos à consideração do Plenário, observadas as formalidades regimentais a presente **MOÇÃO DE APOIO** à conclusão da votação da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) n.º 6.255, que inclui o julgamento conjunto de outras ações semelhantes relacionadas à Reforma da Previdência, em trâmite no Supremo Tribunal Federal, objetivando o fim do Confisco de Aposentados e Pensionistas.

JUSTIFICATIVA

É de extrema importância que esta Câmara Municipal apoie a medida, encampada pela Apampesp – Associação de Professores Aposentados do Magistério Público do Estado do São Paulo, levando aos Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) a defesa em favor dos direitos e da dignidade de aposentados e pensionistas que foram afetados pelo confisco de seus proventos.

Após a reforma da previdência, servidores aposentados e pensionistas, que já contribuía para a previdência com percentual fixo sob os valores que excediam o teto das aposentadorias do INSS, passaram a contribuir em alíquotas fixas ou progressivas sob valores que excedem um salário-mínimo.

O percentual dessa alíquota é maior para aposentados com menores salários. Isso é injustificável. Vale ressaltar que essa reforma também avançou sobre aposentados e pensionistas com doença incapacitante.

Esse confisco imposto subverte o princípio da previdência de fundo comum que constitui reservas para todos. Neste caso, quem recebe mais contribui com valor maior e quem recebe menos contribui com valor menor.

Esta brava parcela da população já cumpriu seu papel, dedicando sua vida ao serviço público. A maioria não possui outra fonte de renda, somente a aposentadoria ou pensão, sendo muito difícil conquistar uma ocupação no mercado de trabalho.



Porém, a tramitação encontra-se estagnada após vistas do Ministro Gilmar Mendes ocorrida em 2024. Assim, com a devolução do processo, cabe ao presidente do Supremo definir o momento de entrada do julgamento na pauta do STF.

Apesar de a votação já contar com maioria em favor da inconstitucionalidade, vale ressaltar que os Ministros e Ministras podem mudar seus votos até o encerramento do julgamento.

Dessa forma, dado a relevância da matéria, apresento ao Plenário esta Moção de Apoio, solicitando a sua aprovação e requerendo que a mesma seja encaminhada ao Presidente e aos Ministros do Supremo Tribunal Federal, ao Dirigente da Apampesp em Assis (SP) e à imprensa local para conhecimento e divulgação.

Palácio Legislativo Água Grande, 26 de setembro de 2025.

PAULO ROBERTO PEREIRA
Vereador



Listagem para encaminhamento da Moção:

Ministro Edson Fachin

E-mail: gabineteedsonfachin@stf.jus.br

Ministro Luís Roberto Barroso

E-mail: gabmlrb@stf.jus.br

Ministra Carmen Lúcia

E-mail: audienciaCarmen@stf.jus.br

Ministro Gilmar Mendes

E-mail: audienciasgilarmendes@stf.jus.br

Ministro Dias Toffoli

E-mail: gabmtoffoli@stf.jus.br

Ministro Luiz Fux

E-mail: gabineteluizfux@stf.jus.br

Ministro Alexandre de Moraes

E-mail: gabmoraes@stf.jus.br

Ministro Kassio Nunes Marques

E-mail: gabinete.nm@tse.jus.br

Ministro André Mendonça

E-mail: agenda.gmalm@stf.jus.br

Ministro Cristiano Zanin

E-mail: gabinete.mcz@stf.jus.br

Ministro Flávio Dino

E-mail: agenda.gmfd@stf.jus.br

Ao Senhor

Sigmar Alves Barbosa

Apampesp – Assis SP

E-mail: assis@apampesp.org.br

